

Despacho n.º 17890/2009

Na sequência do despacho de homologação de 16/03/2009, da lista de trabalhadores que alteram a posição remuneratória para posição imediatamente superior à que detinham em 31/12/2008, por reunirem o requisito legal para o efeito, nos termos do n.º 6 do artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foram celebrados contratos em funções públicas por tempo indeterminado ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular que aprova o RCTFP — Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, aos seguintes trabalhadores do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros:

Carreira de Especialista de Informática:

Clotilde de Almeida Morgado Mata
Deolinda Maria Antunes de Oliveira Rendas
José Carlos Louro Martins
Manuel Francisco Videira Delgado
Maria de Fátima Gonçalves Dias Braz
Maria do Céu Pimenta Ramalho Almaça
Maria Eduarda Lopes Ferreira Rodrigues Horta
Maria Manuela Duarte Salgado Canha Xavier Candeias
Paulo Rui dos Santos Oliveira
Pedro Miguel Montes Cabrita Dias de Almeida

Carreira de Técnico de Informática:

José Manuel Ferreira Gaspar

A produção de efeitos deste despacho é, nos termos do n.º 7 do artigo 47.º da LVCR, reportada a 01/01/2009.

17 de Julho de 2009. — O Director-Geral, *Luis Pinto*.

202125086

Despacho n.º 17891/2009

Por meu despacho de 02 de Julho de 2009:

Maria Teresa Amaral de Sequeira e Paulo Alexandre dos Santos Coutinho — celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular que aprova o RCTFP — Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, na sequência de aprovação, devidamente homologada, de procedimento interno de selecção, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 Março, na categoria de especialista de informática de grau 3, nível 2, da carreira de especialista de informática (carreira não revista) do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, ficando posicionados no escalão 1, índice 780. Os referidos contratos produzem efeitos à data do despacho.

(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

27 de Julho de 2009. — O Director-Geral, *Luis Pinto*.

202124705

Despacho n.º 17892/2009

Considerando que se encontra vago o cargo de Director de Serviços Administrativos, previsto na alínea a) do artigo 1.º da Portaria n.º 352/2007, de 30 de Março;

Considerando que o licenciado António Adriano de Matos da Silva Almeida, licenciado em Economia, possui os requisitos legais exigidos designadamente, mais de seis anos de experiência profissional, em carreira para cujo ingresso é exigível uma licenciatura;

Considerando ainda que possui experiência profissional no âmbito da competência cometida à Direcção de Serviços Administrativos, correspondendo assim ao perfil pretendido e evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, no cargo de Director de Serviços Administrativos, o licenciado António Adriano de Matos da Silva Almeida, inspector superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Director de Serviços de Administração e Gestão da Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano/MAOTDR.

O presente despacho produz efeitos a 7 de Agosto de 2009.

27 de Julho de 2009. — O Director-Geral, *Luis Pinto*.

Nota curricular de António Adriano de Matos da Silva Almeida

Data de Nascimento: 26 de Dezembro de 1965

Habilitações Académicas: Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Dezembro de 1991

Categoria de Origem: Inspector Superior da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (IGTSS)

Actividade profissional:

Técnico Superior de 2.ª Classe do Tribunal de Contas (2 de Janeiro de 1995 a 30 de Setembro de 1997);

Técnico Superior de 2.ª Classe do Instituto de Conservação da Natureza (1 de Outubro de 1997 a 12 de Outubro de 1999);

Inspector da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, sendo actualmente detentor da categoria de Inspector Superior (8 de Janeiro de 2009);

Director de Serviços Administrativos da Direcção-Geral do Património/MFAP (entre 9 de Dezembro de 2002 e 30 de Junho de 2007).

Director de Serviços de Administração e Gestão da Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano/MAOTDR (1 de Julho de 2007 a 6 de Agosto de 2009).

Outros Elementos:

Elaboração de relatórios de natureza económica e financeira na sequência auditorias, inspecções e averiguações (Tribunal de Contas; IGMTSS);

Coordenação de Grupos de Trabalho e de Equipas Inspectivas;

Designado para representar a IGMSST em grupo de trabalho destinado a estudar um novo modelo de comparticipação financeira a vigorar entre este Ministério e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);

Indicado como “ponto de contacto” da Direcção-Geral do Património, para o “Núcleo de Simplificação do MFAP — Simplex”;

Designado para integrar diversos júris de concursos na área da contratação pública;

Designado para integrar diversos júris na área de recursos humanos, nomeadamente em procedimentos concursais destinados a seleccionar dirigentes de nível intermédio (Director de Serviços do IIMF/MFAP, Chefe de Divisão da DGITA/MFAP e Chefe de Divisão da ASAE/MEI);

Membro Efectivo da Ordem dos Economistas (Cédula Profissional n.º 5164).

202125207

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Despacho n.º 17893/2009**

Considerando que, por Despacho n.º 15891/2008, publicado em *DR*, 2.ª série, n.º 111, de 11 de Junho de 2008, de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública, foi fixado em 50 o número de vagas da 9.ª edição do curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) a realizar no ano de 2008-2009;

Considerando que o licenciado Rui Alexandre dos Santos Inácio, admitido à frequência do curso de Estudos Avançados em Gestão Pública — 9.ª edição, nos termos da lista aprovada pelo Aviso n.º 26 139/2008, publicado em *DR*, 2.ª série, n.º 212, de 31 de Outubro de 2008, concluiu o referido curso com aproveitamento;

Considerando o disposto no artigo 18.º da Portaria n.º 213/2009, de 24 de Fevereiro, e o interesse manifestado pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, na colocação do referido diplomado;

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e nos termos fixados no n.º 3 do artigo 9.º e n.º 6 do artigo 56.º, ambos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aplicados de acordo com o entendimento sancionado pelo Despacho n.º 770/2009, de 23 de Junho, de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública, determina-se:

Rui Alexandre dos Santos Inácio é colocado em exercício de funções em posto de trabalho previsto no mapa de pessoal do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, celebrando para o efeito contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira geral de Técnico Superior, na 2.ª posição remuneratória.

26 de Junho de 2009. — A Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Carolina Ferra*. — O Presidente do Conselho Directivo do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P., *José Soeiro*.

202122389